

Motivação política

Para a promotora Cristina Rasia Montenegro, da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente (Prodema) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), o Distrito Federal necessita de um planejamento territorial global no que diz respeito à criação e implantação de parques ecológicos ou de uso múltiplo.

"Muitas vezes os parques são criados em áreas verdes isoladas, sem que se pense na questão dos corredores ecológicos", comenta Cristina Rasia. Para ela, há, ainda, pouca preocupação ambiental e motivos políticos que levam à criação de áreas em locais inadequados. "Existe o problema fundiário, existe o desrespeito a atributos ecológicos importantes, que não entram nas poligonais", afirma. Para a promotora, a maioria das leis e decretos que criam parques não prevêem nenhuma dotação orçamentária para a implementação e manejo dos mesmos. "Não dá para fazer tudo romanticamente, sem pensar de onde virão os recursos", afirma ela.

Frederico Flósculo, urbanista e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), defende, como Cristina Rasia, uma visão global da questão das áreas de conservação, e ainda um alto grau de profissionalismo e ciência na criação de parques no Distrito Federal. "A política ambiental não pode ser cartorial, demarcando áreas sem planejamento. Precisamos de biólogos, botânicos, estudos técnicos, idas a campo", diz o professor.